Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Despacho n.º 212/2023 de 13 de fevereiro de 2023

1 - Ao abrigo do disposto nos artigos 46.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, e no uso da autorização expressa nos n.ºs 2 e 3 do Despacho n.º 866/2022 de 16 de maio de 2022, do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, publicado no Jornal Oficial, II Série, n.º 94, subdelego na Coordenadora da Rede Integrada de Apoio ao Empresário da ilha das Flores, Cecília Maria Soares Estácio, relativamente aos trabalhadores e à gestão da sua unidade orgânica, as seguintes competências que me foram delegadas:

a) Autorizar o exercício de funções a tempo parcial, meia jornada e a prestação de trabalho noturno, suplementar e em dias de descanso semanal, de descanso complementar e feriados sempre que não esteja em causa o pagamento de acréscimos remuneratórios;

b) Adotar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento do serviço, observados os condicionalismos legais, incluindo a autorização para a adoção de diferentes modalidades de horário de trabalho dos trabalhadores em funções públicas;

c) Considerar justificadas ou injustificadas as faltas dos trabalhadores em funções públicas e conceder licença sem remuneração por um período até 60 dias;

d) Autorizar o gozo, a acumulação e a interrupção de férias, bem como aprovar o respetivo plano anual;

e) Aprovar as listas de antiguidades dos trabalhadores em funções públicas, assim como o registo dos mesmos;

f) Solicitar a verificação domiciliária da doença dos trabalhadores em funções públicas;

g) Autorizar, relativamente aos trabalhadores em funções públicas, a inscrição e participação em congressos, seminários, conferência, estágios, reuniões, colóquios e cursos de formação que decorram na respetiva ilha, quando não importem custos para o serviço;

h) Determinar os regimes de prestação de trabalho e horário mais adequado;

i) Autorizar deslocações em serviço, na respetiva ilha, qualquer que seja o meio de transporte e sempre que não esteja em causa o pagamento de qualquer abono ou despesa;

j) Autorizar os trabalhadores em funções públicas a comparecer em júízo, quando requisitados, nos termos da lei;

k) Autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao montante de € 1.000,00 (mil euros), incluindo todos os atos procedimentais atinentes ao ato, com respeito pelos procedimentos administrativos e de contratação pública previstos na legislação em vigor, e para visar documentos de despesa, prévia e superiormente autorizados, nomeadamente, Pedidos de Libertação de Crédito (PLC) e Pedidos de Autorização de Pagamento (PAP), independentemente do seu valor;

l) Autorizar a passagem de certidões, exceto quando contenham matéria confidencial ou reservada.

2 - O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

9 de fevereiro de 2023. - O Chefe do Gabinete, *António Manuel Silva Almeida*.